

# Governo inicia nesta quinta-feira negociações com professores sobre recuperação do tempo de serviço

[observador.pt/2024/04/18/governo-inicia-nesta-quinta-feira-negociacoes-com-professores-sobre-recuperacao-do-tempo-de-servico/](https://observador.pt/2024/04/18/governo-inicia-nesta-quinta-feira-negociacoes-com-professores-sobre-recuperacao-do-tempo-de-servico/)

- [Educação](#) /
- [Professores](#)

[Ativar alertas](#)

x

Siga o tópico Professores e receba um alerta assim que um novo artigo é publicado.

Promessa inicial feita pelo ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre, de devolver o tempo de serviço ao longo de cinco anos, já foi recusada pela Federação Nacional de professores.



[Agência Lusa](#)

[Texto](#)

18 abr. 2024, 07:45

- 
- 
- Oferecer

×

Exclusivo assinantes: Ofereça artigos aos seus amigos.



▶ i

▲ Na sua primeira intervenção no parlamento, o ministro considerou "urgente encontrar uma resposta à justa reivindicação dos professores"

HUGO DELGADO&sol;LUSA

A nova equipa do Ministério da Educação começa nesta quinta-feira as reuniões com os sindicatos de professores para discutir a recuperação do tempo de serviço congelado no tempo da “troika” (2011-2014), uma reivindicação que motivou protestos e greves nos últimos anos.

O ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre, recebe nesta quinta-feira **10 estruturas sindicais representativas dos professores**, sendo esta a primeira reunião negocial da nova equipa.

O ministro reafirmou na semana passada o compromisso assumido antes das eleições de 10 de março, prometendo **devolver o tempo de serviço ao longo de cinco anos**, ou seja, contabilizando anualmente 20% dos seis anos, seis meses e 23 dias congelados durante o período da “troika”.

Ministro diz que solução para a falta de professores é a valorização da carreira

PUB • CONTINUE A LER A SEGUIR

Em resposta, a Federação Nacional de professores (Fenprof) **já recusou a proposta da tutela**, exigindo uma recuperação mais rápida, feita em apenas três anos (33% ao ano) e com garantias de que no final do processo todos os docentes terão recuperado os nove anos, quatro meses e dois dias — total do tempo em que a carreira esteve congelada —, independentemente de estarem no ativo ou já estarem aposentados.

Na sua primeira intervenção no parlamento, o ministro considerou “**urgente encontrar uma resposta à justa reivindicação dos professores**”, sublinhando que a instabilidade vivida nas escolas “tem de ser ultrapassada rapidamente”.

A primeira reunião com as organizações sindicais dará assim início à negociação de uma das principais reivindicações dos docentes.

Além do ministro estarão também presentes nas reuniões o secretário de Estado Adjunto e da Educação, Alexandre Homem Cristo, o secretário de Estado da Administração e Inovação Educativa, Pedro Dantas da Cunha, e a secretária de Estado da Administração Pública, Marisa Garrido.

Durante a manhã de quinta-feira serão recebidos a ASPL – Associação Sindical de Professores Licenciados, FENEI – Federação Nacional de Educação e Investigação, FEPECI – Federação Portuguesa dos Profissionais de Educação, Ensino, Cultura e Investigação, Pró-Ordem dos Professores e SEPLEU – Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados.

As reuniões da tarde serão com o SIPE – Sindicato Independente de Professores e Educadores, o SIPPEB – Sindicato dos Educadores e Professores do Ensino Básico, o SNPL – Sindicato Nacional dos Professores Licenciados, o SPLIU – Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades e o STOP – Sindicato de Todos Os Professores.

Na sexta-feira, será a vez de a equipa do Ministério receber a Federação Nacional de Educação e a Fenprof.

A Fenprof vai aproveitar o encontro para entregar um protocolo negocial com outras propostas relacionadas, por exemplo, com o fim das vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões, incentivos à fixação de docentes e a dedução de despesas em sede de IRS.

Assine o Observador a partir de 0,18€/ dia

Não é só para chegar ao fim deste artigo:

- Leitura sem limites, em qualquer dispositivo
- Menos publicidade
- Desconto na Academia Observador
- Desconto na revista best-of
- Newsletter exclusiva
- Conversas com jornalistas exclusivas
- Oferta de artigos
- Participação nos comentários

Apoie agora o jornalismo independente

[Ver planos](#)

Oferta limitada

[Apoio ao cliente](#) | Já é assinante? [Inicie sessão](#)

- [Professores](#)
- [Educação](#)
- [Ministério da Educação](#)
- [País](#)
- [Governo](#)
- [Política](#)

Proponha uma correção, sugira uma pista: [observador+lusa@observador.pt](mailto:observador+lusa@observador.pt)

## Ofereça este artigo a um amigo

---

Enquanto assinante, tem para partilhar este mês.

[Oferecer agora](#)

A enviar artigo...

## Artigo oferecido com sucesso

---

Ainda tem para partilhar este mês.

O seu amigo vai receber, nos próximos minutos, um e-mail com uma ligação para ler este artigo gratuitamente.

[Voltar ao artigo](#)

## **Ofereça artigos por mês ao ser assinante do Observador**

---

Partilhe os seus artigos preferidos com os seus amigos.

Quem recebe só precisa de iniciar a sessão na conta Observador e poderá ler o artigo, mesmo que não seja assinante.

### Assinar agora

Este artigo foi-lhe oferecido pelo nosso assinante . Assine o Observador hoje, e tenha acesso ilimitado a todo o nosso conteúdo. [Veja aqui as suas opções.](#)

## **Atingiu o limite de artigos que pode oferecer**

---

Já ofereceu artigos este mês.

A partir de 1 de poderá oferecer mais artigos aos seus amigos.

### [Voltar ao artigo](#)